



GT 051. Performances e marcas da religião na cidade

Emerson Giumbelli (UFRGS) - Coordenador/a,
Edilson Pereira (UERJ) - Coordenador/a, Christinã
Vital da Cunha (Universidade Federal Fluminense)
- Debatedor/a

O tema da religião encontra na Antropologia uma longa tradição, com pesquisas seminais sobre o seu papel na vida social e suas formas de expressão material e simbólica. Performance, por sua vez, tornou-se tema de estudo antropológico especialmente nas últimas décadas do século XX, em profícuo diálogo com outros campos de conhecimento. Notabilizou-se, sobretudo desde os anos 1990, a presença da religião em gramáticas e estéticas acionadas por atores identificados com os mundos da política, da cultura, do turismo, do crime em interações materializadas e/ou que se desenrolam em áreas públicas, periferias e outros espaços urbanos. Ao aproximar esses temas, o GT busca avançar sobre fronteiras conceituais e metodológicas na investigação de modalidades de ação e comunicação no espaço urbano, dando ênfase a performances e materialidades. Trata-se de uma via de acesso aos processos sociais que refletem o papel da religião na experiência urbana e nas modalidades de compreensão da cidade. Deste modo, interessam-nos estudos etnográficos que enfatizem composições, conexões, controvérsias e disputas entre atores sociais que articulam espaço urbano e religião a partir de performances e marcas (monumentos, arquiteturas etc.) com inflexões mais amplas na vida social. Nosso objetivo é reunir estudiosos que, interessados em dinâmicas do religioso da e na cidade, apresentem abordagens criativas sobre movimentos e intersecções performadas entre valores, estéticas, territórios e temporalidades.

AS Controvérsias da Presença Religiosa no Espaço Público Pelotense

Autoria: Isabel Soares Campos

Percebendo que há uma reatualização nas discussões teóricas nas ciências sociais acerca das relações entre religião e espaço público – religião e política – que chamam a atenção para o paradigma weberiano da secularização, compartilho com a ideia de alguns autores que problematizam esta noção da secularização e também da laicidade para trazer à reflexão as distintas construções de diálogos (entre atores religiosos e laicos) e estratégias de legitimação da presença religiosa no espaço público. Nesse sentido, a proposta do presente estudo é analisar e refletir sobre este tema a partir de duas marchas religiosas que ocorrem tanto em âmbito nacional, quanto local (na cidade de Pelotas/RS): a Marcha para Jesus (de matriz religiosa cristã) e as Marchas Contra Intolerância Religiosa (de matriz religiosa não-cristã). A primeira Marcha para Jesus no Brasil aconteceu na cidade de São Paulo em 1993 e foi organizada pelo Apóstolo Estevam Hernandes, um dos fundadores da Igreja Renascer em Cristo. Em razão da importância que esse evento adquiriu ao longo dos anos, em 2009, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva decretou o Dia Nacional da Marcha para Jesus, comemorado no período próximo ao feriado cristão Corpus Christ. Segundo material de websites, a primeira Marcha para Jesus em Pelotas ocorreu em 1996 e desde 2012, conforme a Lei nº 5.954, a marcha está no calendário oficial do município, estabelecendo a sua data para o terceiro sábado do mês de novembro. Assim, a Marcha para Jesus que acontece em Pelotas não segue a data estabelecida pela lei federal, a qual já ocorreu em outras cidades do país, mas na localidade ainda não. Deste modo, em razão da minha pesquisa estar dando seus primeiros passos e a Marcha para Jesus não ter ocorrido na cidade, não tenho dados empíricos do evento, apenas material recolhido nos websites, o que torna a pesquisa ainda muito superficial em relação a esta presença da marcha cristã para discorrer sobre a configuração do espaço público pelotense a partir desse movimento religioso cristão. No entanto, a Marcha contra a intolerância religiosa, a qual já participei de algumas em razão da minha pesquisa de mestrado sobre os impasses em relação à realização da Festa de Iemanjá (manifestação religiosa de matriz africana que ocorre há mais de sessenta anos), já



aconteceu na cidade de Pelotas e o tema esteve relacionado a uma recente discussão de nível nacional: a proibição de sacrifícios de animais em rituais religiosos. Essa marcha eu tive a oportunidade de participar e pretendo dar mais ênfase para este movimento para refletir sobre a controvérsias da presença religiosa no espaço público pelotense.

[Trabalho completo](#)



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:**Apoio:****Organização:**